

-
-
-

Apresentará rejeição do Governo

1985

Fundação Cuidar o Futuro

FONTE DE INFORMAÇÃO

Diário de Lisboa

Nº DE REGISTO

/AJ

DATA

24.11.85

Nº

PÁG



Apresentará rejeição do Governo

MDP rejeita Angelo Veloso e inclina-se para Zenha

O presidente do MDP/CDE, José Manuel Tengarrinha, afirmou, em conferência de Imprensa, que o seu partido «nunca apoiará o candidato do PCP à Presidência da República, Angelo Veloso, mesmo que ele vá até ao fim». José Manuel Tengarrinha, acrescentou que o seu partido «se demarca do candidato presidencial do PCP», frisando que para o MDP/CDE «é possível uma única candidatura do campo democrático».

Tengarrinha, também líder da bancada parlamentar do MDP/CDE, disse que Salgado Zenha «é uma hipótese a considerar» no campo das presidenciais, se a sua eventual candidatura vier a concretizar-se. O dirigente do MDP, Mário Casquilho, também presente na conferência de Imprensa, acrescentou a este propósito que o passado de Salgado Zenha «não merece qualquer reparo» por parte do MDP/CDE.

José Manuel Tengarrinha salientou que a posição do MDP/CDE é a de apoiar «um candidato que ganhe a um candidato de direita». A este propósito, Raul Castro, também presente no encontro com a Imprensa, afirmou que para o MDP/CDE «Freitas do Amal é um candidato da direita e Mário Soares é um candidato de direita».

Interrogados sobre as hipóteses de aqueles dois candidatos passarem à segunda volta e de qual seria a posição do MDP/CDE, os dirigentes nacionais responderam «a possibilidade de Mário Soares passar à segunda volta é tão mínima que nem a consideramos como hipótese de trabalho».

José Manuel Tengarrinha frisou que para o seu partido «um candidato não pode apresentar-se num plano suprapartidário, muito menos hostilizar os partidos». Isto não quer dizer — disse — que um candidato presidencial dependa dos partidos, mas não pode esquecer que os partidos são instrumentos indispensáveis da vida democrática».

Os dirigentes do MDP anunciaram que o seu partido tomará posição sobre as eleições presidenciais no fim-de-semana de 30 de Novembro ou 1 de Dezembro.

Quanto ao debate parlamentar do programa de Governo, o MDP/CDE «encara a possibilidade» de apresentar uma moção de rejeição.

Na conferência de Imprensa, o MDP/CDE criticou o Governo e admitiu a possibilidade de apresentar também a sua moção de rejeição (o PCP já antes tinha anunciado que apresentaria uma).

A divulgação à opinião pública de sete projectos de lei e de um projecto de resolução, já entregues na Mesa da Assembleia da República, foi o objectivo fundamental da conferência de Imprensa.

Os projectos abarcam três grandes áreas de intervenção política que o MDP considera fundamental. A primeira é a «moralização da vida pública», pelo que aquele partido político propõe a «criação de instrumentos eficazes de combate à corrupção». Para isso, aponta a necessidade do «alargamento do âmbito dos poderes da Alta Autoridade a todos os órgãos de soberania», bem como a garantia da sua «autonomia financeira e independência face ao poder político». Ainda nesta área, mas num outro âmbito, o MDP/CDE preconiza o «restabelecimento da garantia de os cidadãos serem tratados em pé de igualdade com o Estado, através da suspensão da execução dos actos administrativos que forem impugnados judicialmente». É dentro desta linha de orientação que propõe a revogação dos contratos a prazo na Função Pública, que considera «uma medida não só de um Governo demitido mas até contrária à Constituição».

Ainda dentro do «sentido da moralização da vida pública» o MDP retoma um projecto que visa a criação de um crédito de emergência aos municípios para o pagamento das dívidas aos empreiteiros e fornecedores.

José Manuel Tengarrinha acentuou a importância deste projecto: «pretende resolver problemas das autarquias, mas tem também uma outra vertente que é a viabilização financeira de muitas empresas que estão em risco de falência» devido ao não cumprimento por parte do Estado das suas obrigações.

Especial importância tem para a liberdade de informação e a isenção, segundo o MDP/CDE, o seu projecto sobre a Comunicação Social. Trata-se de uma medida que atribui aos «jornalistas poderes para a escolha dos directores dos órgãos de informação, pondo termo à escolha destes pelas administrações nomeadas pelos governos». Já noutra das grandes áreas o MDP, e tendo em conta a «nova realidade partidária», propõe a adaptação da Lei da Comissão Nacional de Eleições a essa «realidade».

Finalmente, um projecto de lei e um projecto de resolução propõem o «impedimento de fabrico, trânsito e estacionamento de armas nucleares em Portugal».

FONTE DE
N.º DE REGISTO

PÁG

